



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
Subcomissão Permanente de Educação Superior

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2019
(Da Sra. Alice Portugal)

Requer informações relativas aos processos de escolha de dirigentes de instituições federais de ensino superior (Ifes) e de gestão democrática da educação superior pública federal.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Estado da Educação, no sentido de esclarecer esta Casa quanto aos processos de escolha de dirigentes de instituições federais de ensino superior (Ifes) e de gestão democrática da educação superior pública federal, nos seguintes termos:

1. Qual será a conduta do governo federal, a partir de 2019, no sentido de reconhecer e avaliar, tendo como preceito o respeito à autonomia universitária e à autonomia dos Ifes, os processos de escolha dos dirigentes de Ifes no país, devidamente amparadas pelos Conselhos Superiores das instituições?
2. Quais ferramentas, proposições legislativas, programas, normas ou outras políticas públicas serão adotadas pelo governo federal,



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

a partir de 2019, no sentido de promover e estimular a gestão democrática da educação superior pública federal no Brasil?

JUSTIFICAÇÃO

O processo de escolha dos dirigentes de instituições federais de ensino superior (Ifes) e a promoção da gestão democrática nelas são pedras basilares da autonomia universitária (constitucional) e da autonomia legal dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifets). A legislação aplicada ao setor tem peculiaridades que permitem ao Poder Executivo interferir, de maneira que pode ser considerada arbitrária, nos anseios democraticamente expressos de cada comunidade acadêmica de escolha de seus dirigentes ou na sua gestão. Desse modo, é necessário conhecer qual é a postura do governo federal no que se refere a essa temática tão sensível.

Diante do exposto, solicitamos aos Nobres Pares a aprovação deste Requerimento, de modo a embasar a atuação do Parlamento no exercício de sua ação fiscalizatória do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputada Alice Portugal